



Sindicato Nacional do Ensino Superior
Associação Sindical de Docentes e Investigadores

Exmo. Senhor
Deputado Eduardo Cabrita
Presidente da Comissão Parlamentar de
Orçamento, Finanças e Administração
Pública

N/Ref^o:Dir:AV/1023/13

12-11-2013

Assunto: Apresentação de propostas de alteração à proposta de Lei n.º 178/XII

Vem o Sindicato Nacional do Ensino Superior (associação sindical de docentes e investigadores), abreviadamente designado por SNESup, expressando a sua preocupação face a um conjunto de intenções vertidas na proposta de Lei n.º 178/XII, que aprova o Orçamento do Estado para 2014, e que poderão afetar negativamente o Ensino Superior e a Ciência em Portugal, em particular o funcionamento das suas Instituições e o desempenho dos seus profissionais, apresentar duas alterações e um aditamento à proposta de Lei n.º 178/XII, que aprova o Orçamento do Estado para 2014, especificamente relacionadas com o Ensino Superior e Ciência, e que apesar de minimalistas permitiriam mitigar algumas dificuldades e de algum modo serenar o clima de instabilidade que se vem vivendo no Ensino Superior.

I. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO N.º 22 DO ARTIGO 39.º

Considerando que as transições dos docentes do ensino superior universitário das categorias de assistentes estagiários para a categoria de assistentes e dos assistentes e assistentes convidados para a categoria de professor auxiliar decorrem da aplicação do Regime Transitório introduzido pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, que reviu o Estatuto da Carreira Docente Universitária e que foi alterado pela Lei n.º 8/2010, de 13 de maio;

Considerando que as transições dos docentes do ensino superior politécnico das categorias de assistente para a categoria de professor adjunto e dos trabalhadores equiparados a professor coordenador, professor adjunto ou assistente para a categoria de professor coordenador e professor adjunto em regime de contrato de trabalho em funções públicas na modalidade de contrato por tempo indeterminado decorrem da aplicação do Regime Transitório introduzido pelo Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de agosto, que reviu o Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico e que foi alterado pela Lei n.º 7/2010, de 13 de maio;

Importa especificar na redação proposta para o n.º 22 do artigo 39.º da proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2014 que as transições em causa decorrem dos diplomas que reviram os Estatutos em causa e introduziram os Regimes Transitórios e não dos próprios Estatutos.

Neste sentido propomos que seja adotada a seguinte redação para o n.º 22 do artigo 39.º (alteração a **negrito**):

O disposto no presente artigo não prejudica igualmente a concretização dos reposicionamentos remuneratórios respetivos decorrente da transição efetuada em virtude do Regime Transitório introduzido pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto com as alterações da Lei n.º 8/2010, de 13 de maio, dos assistentes estagiários para a categoria de assistentes e dos assistentes e assistentes convidados para a categoria de professor auxiliar, nos termos do Estatuto da Carreira Docente Universitária, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de novembro, dos assistentes para a categoria de professor adjunto e dos trabalhadores equiparados a professor coordenador, professor adjunto ou assistente para a categoria de professor coordenador e professor adjunto em regime de contrato de trabalho em funções públicas na modalidade de contrato por tempo indeterminado, nos termos do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de julho, por aplicação do Regime Transitório decorrente do Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de agosto, com as alterações da Lei 7/2010, de 13 de maio, bem como dos assistentes de investigação científica para a categoria de investigador auxiliar, nos termos do Estatuto da Carreira de Investigação Científica, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de abril.

Em alternativa sugerimos que seja mantida a redação do n.º 19 do artigo 35.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro:

O disposto no presente artigo não prejudica igualmente a concretização dos reposicionamentos remuneratórios respetivos decorrente da transição dos assistentes estagiários para a categoria de assistentes e dos assistentes e assistentes convidados para a categoria de professor auxiliar, nos termos do Estatuto da Carreira Docente Universitária, dos assistentes para a categoria de professor adjunto e dos trabalhadores equiparados a professor coordenador, professor adjunto ou assistente para a categoria de professor coordenador e professor adjunto em regime de contrato de trabalho em funções públicas na modalidade de contrato por tempo indeterminado, nos termos do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, bem como dos assistentes de investigação científica na categoria de investigador auxiliar, nos termos do Estatuto da Carreira de Investigação Científica.

II. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO N.º 1 DO ARTIGO 56.º

Considerando que as Instituições de Ensino Superior e de Investigação têm vindo nos últimos anos, com especial incidência desde 2008, a diminuir o seu corpo docente e investigador em consequência das severas restrições orçamentais;

Considerando ainda que não têm sido criadas as condições necessárias e desejáveis à renovação do corpo docente do ensino superior e de investigadores e que inúmeras Instituições de Ensino Superior e de Investigação têm assistido a um conjunto de aposentações que não têm conseguido compensar com a contratação de novos docentes e investigadores;

Considerando ainda que será necessário atender ao valor correspondente às remunerações dos docentes que transitaram em 2013 de categoria por cumprimento dos regimes transitórios previstos nos diplomas que reviram e alteraram o Estatuto da Carreira Docente Universitária e o Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico bem como ao abrigo do Estatuto da Carreira de Investigação Científica, em cumprimento do n.º 19 do artigo 35.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro;

Propõe-se que seja adotada a seguinte redação para o n.º 1 do artigo 56.º:

Durante o ano de 2014, para os trabalhadores docentes e não docentes e investigadores e não investigadores, as instituições de ensino superior públicas não podem proceder a contratações, independentemente do tipo de vínculo jurídico que venha a estabelecer-se, se as mesmas implicarem um aumento do valor total das remunerações dos trabalhadores docentes e não docentes e investigadores e não investigadores da instituição em relação ao valor referente a 31 de dezembro de 2013, ajustado de acordo com a redução remuneratória prevista no artigo 33.º e considerando as valorizações remuneratórias decorrentes da aplicação do n.º 19 do artigo 35º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

III. PROPOSTA DE ADITAMENTO DE UM NOVO N.º 23 AO ARTIGO 39.º

Considerando que a legislação vigente sobre escalas indiciárias dos docentes do ensino superior universitário e politécnico integra os Decretos-Lei n.ºs 408/89, de 18 de novembro, 347/91, de 19 de setembro, 76/96, de 18 de junho, 212/97, de 16 de agosto, 277/98, de 11 de setembro e 373/99, de 18 de setembro, prevê diferenciações dentro de certas categorias de carreira em função da detenção de graus ou de títulos académicos;

Considerando que neste sentido se prevê que, no ensino superior universitário, aos professores auxiliares com agregação correspondam índices superiores aos dos professores auxiliares sem agregação e aos professores associados com agregação correspondam índices superiores aos dos professores associados sem agregação, bem como no ensino superior politécnico aos professores coordenadores com agregação correspondam índices superiores aos dos professores coordenadores sem agregação;

Considerando ainda que até 2010 os professores auxiliares e associados bem como os professores coordenadores que adquiriam o título académico de agregado viram a sua posição remuneratória alterada em função da obtenção de tal título;

Considerando que desde 2011 os docentes das categorias referidas que obtiveram o título de agregado não viram as suas instituições concretizar a respetiva e devida alteração remuneratória, e que tal decisão tem vindo a criar situações completamente

absurdas, violadoras do princípio da igualdade e mesmo disfuncionais numa carreira hierarquizada, baseada em provas de mérito.

Exemplifique-se com a situação de um professor associado: se detinha a agregação antes de 2011, encontrava-se na situação de professor associado com agregação com a correspondente remuneração; se prestou provas de agregação em 2013 continuou a ser remunerado como professor associado sem agregação; mas se, também em 2013, um colega professor auxiliar com agregação aceder por concurso à categoria de professor associado, passa a ganhar como professor associado com agregação. O mesmo sucederá se um candidato detentor da agregação mas não previamente vinculado à instituição entrar por concurso.

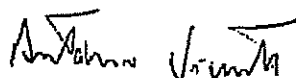
Neste sentido, propomos que seja aditado um novo n.º 23 ao artigo 39.º com a seguinte redação:

O disposto no presente artigo não prejudica igualmente a concretização dos reposicionamentos remuneratórios respetivos decorrentes da obtenção do título de agregado pelos professores auxiliares e associados do ensino superior universitário e pelos professores coordenadores do ensino superior politécnico, em cumprimento do Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de novembro, bem como, não prejudica o reposicionamento remuneratório decorrente da obtenção dos títulos de agregado e de habilitado a que aludem as alíneas a) e b) do artigo 15º do DL 239/2007, de 19 de junho, obtidos pelos investigadores auxiliares ou principais.

Desde já solicitamos a essa Comissão Parlamentar a concessão de uma audiência para melhor apresentação das nossas propostas.

Com os melhores cumprimentos,

A DIREÇÃO



Professor Doutor António Vicente
Presidente da Direção